

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.429 - SP (2019/0003196-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**  
**PROCURADOR : GRAZIELLA MOLITERNI BENVENUTI E OUTRO(S) - SP319584**  
**AGRAVADO : M.A. DE OLIVEIRA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
**AGRAVADO : PROMON ENGENHARIA LTDA**  
**ADVOGADOS : MANOEL ALTINO DE OLIVEIRA - SP074089**  
**DENISE HELENA DIAS SAPATERRA LOPES - SP160163**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Decisão que entendeu inviável a expedição de ofício, em razão a pendência de anterior embargos à execução quanto ao valor da condenação. Pleito de intempestividade da impugnação não pode ser conhecido, pois a decisão agravada, nada decidiu a respeito. A pendência de trânsito em julgado dos embargos à execução não impedem a expedição do precatório. Decisão transitada em julgado na fase de conhecimento. Viável a expedição de precatório após decidido o incidente quanto ao alegado excesso de execução. Agravo parcialmente conhecido e, nesta parte, provido" (fl. 257e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 261/264e), os quais restaram rejeitados (fls. 265/269e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação ao art. **783 do CPC/2015**, sustentando que, "como não houve o trânsito em julgado em relação ao valor da condenação, a recorrida cobra valor ilícito referente aos honorários advocatícios" (fl. 289e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 294/318e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 319e), foi interposto o presente Agravo (fls. 328/333e).

Contraminuta a fls. 357/364e.

A irresignação não merece conhecimento.

O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "já há decisão transitada em julgado na fase de conhecimento, (...), sendo viável a expedição de precatório após decidido o incidente quanto ao alegado excesso de execução"(fl. 259e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

A Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que, "na atual sistemática do CPC de 2015, sequer há embargos ou apelação dos incidentes no cumprimento de sentença" (fl. 268e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ,

**conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

